



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

RESPOSTA DA FENPROF AO PEDIDO DE PRONÚNCIA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Sobre o Plano de Recuperação das Aprendizagens, a FENPROF começa por relembrar algumas das preocupações que tornou públicas e expressou ao Ministério da Educação à data do anúncio do Plano Escola+ 21/23:

Tendo a Covid-19 evidenciado, e agudizado, profundas desigualdades sociais e educativas, mais importante do que ‘recuperar’ as aprendizagens perdidas devido à pandemia, é repensar o sistema educativo, diagnosticando os principais problemas, definindo prioridades e alocando-lhes os recursos necessários. Só assim a Escola poderá assumir-se como um fator decisivo de inclusão e cumprir a sua importante missão.

O afastamento da escola durante largos meses privou as crianças e os jovens de relações sociais vitais e do apoio dos seus professores, penalizando, de forma agravada, alunos com necessidades específicas ou de famílias desfavorecidas, alguns deles com insucesso escolar acumulado ou mesmo em risco de abandono escolar. Essa privação provocou, ainda, uma alteração comportamental da generalidade dos alunos que se reflete num maior fechamento sobre si mesmos e de maior dificuldade de relacionamento com o outro, afetando, sobremaneira, a sua saúde mental, sendo, por isso, motivo de enorme preocupação. É por isso essencial dar a máxima prioridade à equidade, proporcionando apoio personalizado aos alunos mais vulneráveis – apoio pedagógico, mas também apoio psicossocial.

Uma das lições da pandemia é um maior reconhecimento social do papel insubstituível da escola e dos professores. Hoje é claro que o digital é um importante recurso ao serviço da pedagogia, mas não poderá substituí-la – a presença e interação física de alunos e professores é basilar e decisiva no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, tornam-se ainda mais prementes medidas há muito reivindicadas pela FENPROF:

- turmas mais pequenas para um ensino personalizado;
- mais professores para trabalho de coadjuvação;
- mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades educativas especiais;
- horários que permitam aos professores canalizar o seu tempo e a sua energia para o trabalho com os alunos, libertando-os de tarefas burocráticas;
- reforço de equipas multidisciplinares (com psicólogos, técnicos de serviço social e animadores socioculturais, entre outros) para despistar e agir sobre comportamentos nocivos a um desenvolvimento global saudável, para assegurar a ligação escola-família, mediar conflitos, prevenir a indisciplina – um dos fatores responsáveis pelo baixo rendimento escolar dos alunos.

Por tudo isto, a FENPROF considerou a versão final do Plano Escola+ 21/23, aprovado pelo Conselho de Ministros em 17 de junho, insuficiente e dececionante. Porque é um documento onde abundam referências genéricas e redondas e onde falta uma clara identificação dos problemas e das

prioridades, e um compromisso efetivo com a afetação dos recursos necessários à sua concretização. Porque estão ausentes deste Plano não apenas as medidas defendidas pela FENPROF neste âmbito, mas também muitas propostas resultantes da auscultação que o Ministério da Educação fez às escolas. São disso exemplo a redução do número de alunos por turma ou a criação de turmas de um só ano de escolaridade no 1.º CEB.

Nessa ocasião, a FENPROF acrescentava ainda que, mesmo admitindo que algumas dessas propostas pudessem caber nas tais designações genéricas, era fácil constatar que o orçamento estimado para recursos humanos, de apenas mais 140 milhões de euros (menos de 16% do total de verbas anunciado), não poderia dar resposta às necessidades identificadas pelas escolas. Em suma, é um plano que frustra as expectativas de quem esperava medidas de fundo para um problema que não é conjuntural, nem foi criado pela pandemia.

Após esta primeira apreciação, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos planos de recuperação das aprendizagens, no decurso do ano letivo 2020/2021, a FENPROF enviou para os diretores dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas não Agrupadas (AE/ENA) um questionário destinado a recolher informação sobre as propostas apresentadas no âmbito do referido Plano, assim como do nível de acolhimento dessas propostas por parte da tutela. A FENPROF pretendia, assim, saber se as escolas tinham elaborado planos de recuperação das aprendizagens e se dispunham de recursos adicionais para os levar a cabo.

Das 114 respostas recebidas (abrangendo 18 distritos e 79 concelhos), destacam-se as seguintes conclusões:

- Embora muitos dos AE/ENA que responderam ao questionário (91, correspondendo a 80% do total) digam ter um plano para a recuperação das aprendizagens integrado no Plano Escola + 21|23, a esmagadora maioria (89%) refere não ter tido reforço de crédito horário, nem de pessoal docente, relativamente ao ano anterior. Mesmo os 11% que responderam positivamente explicitam que a dimensão desse reforço anda na ordem de uma hora a mais por turma, de mais um docente do 1.º CEB ou de um docente da Educação Especial.

Já relativamente à contratação de técnicos especializados e outro pessoal não docente, 55% dos diretores referem ter sido autorizada. Contudo, também nessa situação, esse reforço ficou-se, consoante os casos, pela contratação a tempo inteiro (ou a meio tempo) de mais um técnico especializado (em algumas escolas, mais dois). Em muitos casos, um psicólogo, noutros um assistente social, um terapeuta da fala, um educador social, um animador sociocultural, um formador de teatro, um mediador social ou um técnico de informática. Mas mesmo nestes (poucos) casos, há várias referências a que estas contratações tiveram lugar ao abrigo do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário ou no âmbito do Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar, e não ao abrigo do Plano Escola + 21/23.

São relevantes as opiniões das direções destes AE/ENA quanto às medidas não tomadas e que consideram necessárias: 82% referem a importância de turmas mais pequenas para um ensino personalizado; 70%, indicam a necessidade de mais professores para trabalho de coadjuvação; 52% reclamam mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades educativas especiais; 70% defendem horários pedagogicamente adequados (com mais tempo para o trabalho com alunos e menos tarefas burocráticas); 69% consideram necessário um maior reforço das equipas multidisciplinares (com psicólogos, técnicos de serviço social e animadores socioculturais, entre outros).

São medidas que a FENPROF vem defendendo há muitos anos, mas que continuam sem resposta por falta de vontade política de sucessivos governos. Como se comprova, não será (ainda) com o Plano Escola+ 21/23 que as escolas disporão de mais condições para ultrapassar os muitos obstáculos à promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Neste contexto, a FENPROF insiste na necessidade de um reforço de meios capaz de dar resposta às necessidades identificadas pelas escolas e reafirma que não são projetos dependentes de financiamento comunitário, de dimensão e duração incertas, que irão resolver os problemas das escolas. A Escola precisa de soluções de fundo e não de medidas avulsas. Só um investimento continuado e consistente na educação pública permitirá responder a défices de aprendizagem que a pandemia agravou e que empurram muitas crianças e jovens para percursos de insucesso. Um investimento na ordem dos 6% do PIB, em linha com recomendações internacionais, muito longe do que sucessivos Orçamentos do Estado têm destinado à Educação no nosso país...

Lisboa, 2 de maio de 2023

O Secretariado Nacional